

PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS NO BRASIL: ALGUMAS PERGUNTAS E (TENTATIVAS DE) RESPOSTAS

Márcio Seligmann-Silva
Universidade de Campinas

RESUMO: O texto apresenta uma reflexão sobre a pós-graduação na área de Literatura e de Teoria Literária no Brasil, destacando a necessidade de, ao mesmo tempo, aprimoramento dos dispositivos de seleção dos alunos, demarcação da diferença entre o mestrado e o doutorado, apoio à abertura do campo para o diálogo com outras áreas, inclusive com os estudos das demais artes. O texto mostra que a Teoria Literária e as abordagens comparativistas devem servir de antídoto contra uma visão nacionalista e ufanista da literatura pátria. O trabalho ainda enfatiza os ganhos que representa para a formação dos alunos a participação de programas de bolsa-sanduíche e de pós-doutorado. **Palavras-chave:** pós-graduação em letras; teoria literária; literatura e imagem.

ABSTRACT: The article presents a reflection on the graduate study in the fields of Literary Theory and literature in Brazil. It emphasizes the necessity of refining the criteria for student selection, of differentiating masters and doctoral studies, and of supporting the cross field dialog with others disciplines, including the other arts. The text argues that the approaches in Literary Theory and comparatistic should function as antidote against a nationalist and patriotic conception of local literature. The work still stresses the importance of exchange programs for doctoral and post-doctoral students in the context of their education. **Keywords:** post-graduate studies in literature; literary theory; literature and image.

Começo com um parêntese. Quando recebi o convite para escrever sobre pesquisa de pós-graduação na área de Letras (mais especificamente: no ensino de Literatura e de Teoria Literária), minha primeira reação foi a de logo adiantar que eu não iria fazer nenhum tipo de arrazoado técnico ou histórico. Minha relação com o tema é, antes de mais nada, pessoal. Ou seja, o que escrevo é – como não podia deixar de ser – fruto deste meu percurso pela pós desde o final de minha graduação.⁶⁵ Como pude

⁶⁵ Escrevo como alguém que fez seu mestrado (na FFLCH-USP), teve a chance de fazer o doutorado na Alemanha (em Berlim), fez pós-doutorado (na PUC-SP), antes de ser contratado como professor de Teoria Literária na UNICAMP. Depois disto coordenei o curso de pós-graduação em Teoria e História Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP) por quase quatro anos. Sou parecerista da FAPESP, CAPES, CNPq e do FAEP (órgão de fomento da própria UNICAMP). Também realizei um pós-doutorado em Yale, junto ao Departamento de Literatura Alemã, e tenho certa experiência adquirida com meus orientandos, da iniciação científica ao pós-doutorado, bem como na qualidade de coordenador de projetos de pesquisa.

conhecer tanto programas de pós de uma universidade privada (a PUC-SP, onde lectionei na pós de 1997 a 1999), de duas grandes universidades públicas brasileiras (a USP e a UNICAMP), de uma importante universidade europeia (a Universidade Livre de Berlim) e de uma universidade norte-americana pertencente à chamada *ivy-league* (!), tentarei pensar o que pude ver de melhor e de pior neste percurso. Iniciemos então.

A eterna questão: a pós é suplemento da graduação ou entrada na vida de pesquisador?

Esta questão é (bem brasileira, mas) fundamental: pois é a partir dela que os nossos cursos são (ou em parte deveriam ser) pensados. As profundas modificações no nosso sistema de pós que ocorreram nos últimos anos ainda não conseguiram sair deste dilema. Muito pelo contrário. A questão é simples: não superaremos esta questão enquanto não se resolver os problemas que estão na base do processo de formação dos pesquisadores (que se inicia em casa, passa pelo ensino fundamental, médio e superior, para chegar aos nossos cursos de pós). Nestes meus quase vinte anos de experiência na pós não vi progresso neste ponto. Os cursos tentam realizar um meio-termo: por um lado agem como se os alunos tivessem nível para uma pós (segundo padrões acadêmicos consagrados em grandes centros internacionais de ensino), por outro, diante da resposta dos alunos, “puxam” os cursos para baixo. No fim, não se tem nem um complemento da graduação, nem uma verdadeira introdução às pesquisas de pós. Não existe uma fórmula mágica para se sair deste dilema, mas algumas atitudes podem ser tomadas. Elas passam por questões de planejamento

nacional da pós. Partindo-se do pressuposto de que nossos cursos de graduação (nem os estágios formadores anteriores a ele) não terão uma melhora qualitativa imediata, podemos pensar em alguns encaminhamentos para o dilema:

1) Apostar na *qualidade* e na *seleção* dos alunos: Não podemos enfrentar esta questão sem pensar na função da pós. Se aceitarmos que nossos alunos de pós serão futuros professores e pesquisadores, não cabe a solução “estratificadora” que dividiria qualitativamente os alunos (seja dentro de um programa, seja entre os diversos programas de uma região, classificando alguns como reserva de mercado para os “excelentes”). Portanto, nossa pós deve desenvolver mecanismos que garantam a excelência de todos os seus alunos, através de *exames de seleção* voltados não tanto para a erudição dos candidatos, mas sim para sua capacidade de leitura e interpretação.

2) *Diferenciar mestrado e doutorado*: de um modo geral, não existe uma preocupação de formação do pesquisador de pós que leve em conta a diferença qualitativa entre o mestrando e o doutorando. Cada vez mais o mestrado se torna uma rápida etapa antes do doutorado (existe uma tendência para se eliminar o mestrado, da qual discordo. Não devemos queimar etapas sob o risco de “rebaixar” o sistema. Isto só poderá ser feito depois que o nível de nossos graduandos nas áreas de humanas melhorar bastante.). Acredito que valeria à pena investir no mestrado de um modo diferente do que se faz no doutorado. Diante do “esmagamento” do mestrado, devemos reduzir a exigência no que toca ao tamanho da pesquisa/dissertação e exigir mais rendimento nas disciplinas cursadas. Ao doutorado, devemos reservar o espaço para uma pesquisa de fôlego e reduzir o número de

disciplinas que exigem presença em sala de aula. Nesta etapa, o mais importante são as reuniões com caráter de Seminário de Orientação, realizadas com o orientador e os demais pesquisadores.

3) *Avaliação* durante o curso de pós: Para se estabelecer esta diferença entre mestrado e doutorado, seria importante se (re)introduzir avaliações, tal como se faz nos EUA e na Europa, que exigem um conteúdo geral da área. Estas avaliações podem ser orais, mas garantiriam a seriedade da formação do pesquisador na área de Letras. Muitas vezes, o que vemos são superespecialistas, que têm dificuldades de dialogar com os pares devido a esta falta de uma mínima erudição na sua área. Não devemos nos iludir: a pesquisa em nível universitário deve ser exigente, não adianta formar uma legião de pós-graduados se eles não possuem a competência necessária para exercer suas profissões. O que assistimos em certos lugares, hoje, é uma banalização da pós, que a transforma em apenas mais um diploma. Isto é fruto tanto da mercantilização do ensino superior, como de uma entropia própria ao sistema universitário e ao seu crescimento. Para não se cair no dilema da avaliação em pós na área de Literatura: como se fazer uma avaliação sem (re)introduzir um cânone de modo autoritário? Acredito que esta avaliação deveria, simplesmente, exigir o conhecimento de outros campos da Literatura e da Teoria Literária que não os englobados pela pesquisa de dissertação do aluno. Ou seja, a avaliação deveria variar conforme a especialização do aluno.

4) Incentivo à *iniciação científica*: este ponto já está claro e nos últimos anos vemos nas nossas graduações um aumento no número de pesquisadores com bolsa de iniciação científica. É patente que o ex-bolsista de iniciação científica normalmente é um

melhor mestrando.

5) Promover cursos de aprimoramento de professores e estágios de pós-doutorado: A nossa pós-graduação deve, também, exercer um trabalho com perspectivas, em médio e longo prazo, de resolver os déficits da graduação. Isto já ocorre em certos centros de pós, mas deve ser feito de modo planejado e sistemático através de cursos de aprimoramento e revisão para professores do ensino médio e da graduação e incentivando a realização de estágios de pós-doutorado de seus pares em grandes centros de excelência.

Cursar uma pós: as disciplinas devem “ter a ver” com meu tema de pesquisa?

Seguindo o que foi dito acima, novamente devemos diferenciar entre os cursos voltados para os mestrandos e os para os doutorandos. No mestrado cabe uma oferta mais diferenciada, que não necessariamente sirva diretamente aos interesses da pesquisa do aluno. Uma vez que ele deverá se submeter a exames de conhecimento da área de Letras, é importante a diversificação. O aluno deve ter a oportunidade de estudar diferentes literaturas e, de preferência, também ter contato com outras áreas do saber afins. Devemos incentivar, ao máximo, esta abertura no mestrado e aprender a exigir mais de nossos alunos. (o que implica, evidentemente, exigir mais de nós professores, *héllas!*) A superespecialização deve ser evitada neste momento da formação do pesquisador (o que talvez não seja o caso das outras “ciências”, mas falo apenas do que conheço). Já no doutorado cabe, sim, liberar o pesquisador para se dedicar ao seu trabalho. Idealmente (mas aqui me refiro apenas a um curso ideal com alunos ideais...), ele deveria

cursar apenas os referidos seminários de orientação.

O aluno deve sempre ser um “barqueiro isolado” no “mar do saber”?

Senti-me assim durante meu estudo de pós tanto no Brasil como na Alemanha. O único lugar onde percebi uma concepção mais dialógica das práticas em pós-graduação foi nos Estados Unidos. Além das reuniões com orientandos, os programas de pós norte-americanos promovem muitas atividades acadêmicas internas (palestras de alunos, pesquisadores visitantes e de professores), além de estarem ativamente ligados a Centros Interdisciplinares com um programa denso e cerrado. Deveríamos incentivar estas duas práticas. Percebo que isto representaria um ganho para todos, ou seja, para nosso sistema de pós como um todo. A criação de centros de estudo interdisciplinares (da área de Humanas ou também abarcando as demais áreas) é essencial. É através deles que o cruzamento dos saberes se dá, o que injeta vida na pesquisa, uma vez que os saberes parciais das disciplinas tradicionais não se sustentam mais.

Em quanto tempo se faz uma boa tese?

Esta questão do tempo de realização da dissertação de mestrado e da tese doutoral tomou muito tempo precioso em nosso sistema acadêmico nos últimos anos. Vemos agora uma nova onda de flexibilização, após um período draconiano que estava transformando alguns programas em uma caricatura de si mesmos. O resultado positivo deste período é que aceitamos hoje uma dissertação mais enxuta. Seguindo este padrão e introduzindo a exigência de formação no mestrado, acredito que

o período de 24-36 meses é ainda necessário (e suficiente) nas Humanas. O doutorado com menos disciplinas e voltado para a pesquisa pode ser feito entre 36-54 meses. Este período maior comportaria estágios no exterior com bolsa-sanduíche e, eventualmente, um trabalho de um semestre como professor em uma disciplina na graduação.

Bolsas sanduíche: por que os alunos não se servem mais deste nutritivo aperitivo?

Tenho observado em nossos departamentos de Letras que usamos relativamente pouco o importante dispositivo da bolsa-sanduíche. Nos centros de ensino do chamado primeiro mundo, os alunos iniciam suas experiências acadêmicas internacionais já na graduação. É óbvio que não temos os mesmos recursos financeiros, mas não é menos verdade que existem no Brasil uma série de fontes para financiar atividades de pesquisa e participação de eventos no exterior. Além dos órgãos de fomento, verbas PROAP e fundos das universidades, temos órgãos internacionais e bolsas como as do programa europeu ALBAN, que também viabilizam estes intercâmbios. Não existe pesquisa acadêmica sem diálogo internacional, e esta lição deve ser propagada e praticada desde a graduação. Mesmo o pesquisador de literatura brasileira deve usufruir destas possibilidades de estagiar no exterior para enriquecer sua pesquisa, seus métodos de trabalho, seus temas e estabelecer um diálogo com pares para além de suas fronteiras nacionais.

Letras: como soletrar o nacional em uma era fundamentalista/cosmopolita?

E aqui entramos em outra questão atual: a estrutura dos departamentos de Letras organizados segundo as aulas de língua e os estudos filológicos nacionais ainda é válida? Evidentemente, esta estrutura, que teve sua origem no século XIX, assim manteve-se tanto por questões de ordem epistemológica como de política acadêmica, de ordem prática (veja-se a questão do ensino e conhecimento das línguas) e de ordem política *tout court*. Praticar esta divisão implica reproduzir uma série de paradigmas que de modo algum estão isentos de debate. O ensino de literatura “pátria” tende a um enclausuramento no mito do *próprio*, do *autêntico* e a toda uma metaforologia romântica que alimenta a “identidade nacional”. A estes mitos corresponde uma visão linear da História e um achatamento dos conflitos entre diversas vozes, dentro e fora das fronteiras nacionais. Afinal, assim como as línguas devem ser encaradas como uma delicada esfera de duas faces, uma interna outra externa, composta também por suas perfurações e descontinuidades de superfície, do mesmo modo as literaturas constroem-se interagindo tanto com discursos locais (poder-se-ia especificar: regionais e locais) como também internacionais ou transnacionais. Os estudos filológicos tradicionais correspondem ao paradigma da historiografia historicista, com sua linearidade ascendente, seus “grandes heróis” e o positivismo lhes servindo de base epistemológica. Eles tendem para o ufanismo e a xenofobia. No caso específico da literatura brasileira, é ridículo estudá-la sem levar em conta as produções de língua francesa, inglesa e espanhola. Isto não significa que devemos simplesmente fechar com os departamentos estruturados nas línguas/literaturas nacionais. Antes, devemos intensificar

a troca e o diálogo entre eles. A Teoria Literária e os Estudos Comparados podem aqui servir de ponte entre estes discursos, uma vez que nenhuma interpretação pode se furtar à reflexão epistemológica. Ou seja, além da interdisciplinaridade entre as Letras e demais áreas afins, devemos quebrar os muros internos às próprias Letras. Ao lado desta circulação entre as Letras nacionais, esta valorização da teoria é essencial, já que, sem ela, os estudos literários tendem apenas ao culto dos “grandes autores” e à repetição de chavões. A Teoria Literária introduz novos problemas, abordagens, métodos, e permite uma constante autocrítica da produção acadêmica. Sem Teoria literária, não pode haver análise literária.

Letras II: devemos resistir às imagens?

Neste sentido, devemos insistir também nos limites de uma abordagem exclusivamente “verbal” do fato literário. Não precisamos lembrar, aqui, de Mallarmé, Lewis Carroll, de Apollinaire ou dos irmãos Campos para recordar que a Literatura tem muito a ver com questões imagéticas: e aqui me refiro evidentemente não apenas à imagética implicada nas “figuras do discurso”, mas, sobretudo, à imagética propriamente espacial que envolve a questão da *materialidade* e dos *suportes* das obras literárias. Além disso, as próprias artes plásticas têm uma longa tradição de “namoro” (e competição: lembremos da expressão de Leonardo da Vinci para tratar desta relação, *paragone*) com as letras. A questão da iluminação recíproca das artes não pode ficar de fora de nossos cursos de pós. Isto vale, evidentemente, não só para as artes plásticas, mas também para a música, o cinema e as demais artes. Muitas das

análises literárias mais interessantes que pudemos ler nas últimas décadas levam em conta este entrecruzamento entre as artes/letras. Esta aproximação inclui a questão da diferença entre os âmbitos espaço-temporais, bem como uma teoria da imaginação enquanto uma faculdade de circulação entre o verbal e o imagético. Lembrando que *aisthesis*, antes de significar o âmbito estético (inventado no século XVIII), quer dizer percepção, e que Kant já localizava no esquematismo transcendental (responsável pela relação entre a percepção, as imagens e os conceitos), um dos fundos obscuros da alma humana, tudo confirma que não podemos deixar as imagens abandonadas em nossos cursos. Isto implica também uma valorização das doutrinas estéticas enquanto estratégias de pensar a Literatura no “concerto das artes”.

Tudo é Estudo Cultural? Qual o sentido da separação das disciplinas?

Este acento na circulação entre as letras “nacionais”, entre as letras e as demais artes pode levar a uma conclusão que me parece apressada: não precisamos mais dos departamentos tradicionais e devemos criar apenas gigantescos departamentos de “Estudos Culturais”. Esta “solução” parece-me equivocada. Acredito que ainda existe um saber específico acumulado ao longo de décadas e até de séculos, que (em parte) justifica nossa divisão departamental. É claro que isto não significa que não devamos repensar esta divisão. Soluções “híbridas” podem ter algumas vantagens, mas também vão ser sempre limitadas: já que o saber é construtivo e potencialmente infinito, portanto nunca estaremos satisfeitos. Felizmente! Os assim chamados “Estudos

Culturais”, enquanto uma linha de pesquisa que introduziu novos temas, abordagens e métodos desde os anos 1970, trouxeram, de fato, uma grande contribuição para as humanidades de um modo geral. Não vou entrar em detalhes aqui. Evidentemente, eles trouxeram problemas também: ao politizar tudo, deixaram de lado grandes autores e temas, por serem estigmatizados como “burgueses” ou “eurocêtricos”. Ao privilegiarem certas abordagens (como as questões sexual e racial), deixaram outras, igualmente importantes, de fora. A partir de Derrida, construiu-se, muitas vezes, uma política identitária fundamentalista e até racista, que é o exato oposto do que está na base da filosofia de Derrida e do seu conceito de *différance* como jogo de diferenciação que não permite a cristalização da identidade. Mas, no todo, acho que a contribuição é inegável. Os estudos de gênero estão revolucionando a História, a História da Arte e também as Letras. O olhar politizado (educado pela escola de Marx, Nietzsche e Foucault) também implicou profundas mudanças nas Humanas nas últimas décadas. O grande desafio consiste em aceitar estas aberturas de fronteiras temáticas e teóricas, sem perder o rigor e a erudição específicos. Um desafio difícil para nós, professores, e ainda mais duro para nossos alunos. Mas minha experiência mostrou que alunos mais expostos a estas novas abordagens tendem a se aprofundar com muito mais competência na especificidade de suas pesquisas. A resposta a este “enigma” é simples: a assim chamada “teoria” não é nada mais do que uma visão de mundo (e teoria vem de *ver* em grego, no Houaiss lemos: “gr. *theória*, as ‘ação de observar, examinar...””) que nasce das questões prementes de cada presente. Recusar a teoria implica descartar o diálogo com o nosso

presente. Os alunos entendem muitas vezes com maior facilidade teoremas contemporâneos aparentemente complexos do que a cristalina filosofia do iluminismo francês. Vivemos no século XXI e não no século XVIII.

Por que não fazemos mais centros de estudos interdisciplinares?

Volto a insistir neste ponto. Tanto em Yale como em Princeton, pude admirar o funcionamento destes centros. Na Alemanha, o “Einstein Forum” de Potsdam e o “Zentrum für Literaturforschung”, de Berlim, são dois exemplo gritantes de sucesso de centros interdisciplinares. Nestes centros, pesquisadores de diferentes áreas podem “olhar para além das cercas” de suas áreas de saber. Como já recordamos aqui, as línguas e as disciplinas filológicas específicas só devem ser concebidas enquanto partes de sistemas que só existem na sua relação dinâmica de diferenciação com outras línguas e disciplinas. Observar o trabalho de colegas de outras áreas permite, em primeiro lugar, um saudável distanciamento de nossas perspectivas (um tanto convencionais...). Além disso, esta observação abre a possibilidade de se pensar novos meta-discursos. Podemos conceber novas ferramentas de trabalho, assim como novas perspectivas de análise, e vislumbrar outros pontos para cravar o “formão” teórico reelaborado. Não podemos perder de vista que cada disciplina pensada como um sistema é, na verdade, um subsistema dentro do sistema-saber.

Por que avaliar a pós faz mal?

Alguns programas de pós tornaram-se

profissionais em preencher relatórios DATA-Capes. Existem profissionais no mercado capazes de fazer relatórios magníficos. Eles são disputados pelos programas de pós. Outros programas, além disso, souberam adequar-se de tal modo às exigências da agência de fomento que seria necessário criar a nota 8 para eles. Mas isto não significa que eles de fato sejam (ou fossem) tão excelentes assim... Já ficou claro que a avaliação pode trazer muitos males. De certo modo, eles são quase inevitáveis. Mas podemos, devemos, fazer de tudo para minimizá-los. O relatório monstrengo (com o perdão da palavra, mas é a que me parece mais próxima daquela realidade) que tivemos que preencher a cada ano está sendo refeito agora. Não vi o novo formato 2005. Mas sei que é necessário se desburocratizar ao máximo o preenchimento deste relatório. Deveríamos chegar em um ponto em que a consulta automática ao Lattes já bastaria para coletar a maior parte dos dados, isto sem envolver trabalho suplementar dos coordenadores dos programas de pós. Do modo como está o relatório, tende a se tornar um retrato no registro neoplatônico, idealizador, que simplesmente espelha um ideal (mesmo se este ideal também não tenha nada a ver com os ideais platônicos tão mais elevados) e deixa de lado as realidades “defeituosas” sobre a terra. Temos que criar dispositivos de avaliação que evitem este tipo de perversão. Para alguns programas, a avaliação foi fatal, não porque eles não estivessem no bom caminho e “foram castigados”, mas porque ou tentaram se adaptar “por fórceps” às exigências, ou se contentaram com o belo quadro que produziam a cada relatório e não investiram genuinamente no seu aprimoramento. Como um Narciso picaresco, morreram de amor por uma imagem enganosamente

bela. Vários pontos devem ser aprimorados ainda para que tenhamos uma avaliação mais próxima do aceitável. O *Qualis* (o “*index*” dos meios em que publicamos), por exemplo, precisa ser constantemente supervisionado e reelaborado, caso contrário, também se transformará em um termômetro quebrado que mata os pacientes ao invés de ajudar a curá-los.

Por que avaliar a pós faz bem?

É evidente, por outro lado, que a pós não pode ser pensada de modo sério sem um sistema de avaliação. A exigência de trabalho em sala de aula, em pesquisa, em publicação, na administração e em apresentação de trabalhos é mais do que justa. Todo profissional é avaliado, a vantagem do profissional acadêmico é que ele participa deste sistema de avaliação e pode e deve se empenhar para a sua melhoria. Sem avaliação com critérios acadêmicos, passa a predominar o populismo e as alianças políticas, que têm tudo para destruir os programas. Não que devamos condenar, a priori, a política acadêmica; ela só é prejudicial quando se distancia dos critérios autenticamente acadêmicos.

E depois da pós?

Nos últimos anos, as Ciências Humanas brasileiras descobriram a figura do pós-doutor, velha conhecida das áreas ditas duras do conhecimento. O pós-doutor tem se mostrado um ganho para os departamentos e programas. Além de representar mais um pesquisador que poderá dividir seu trabalho com os colegas e alunos, ele também pode auxiliar nos cursos. O pós-doutorado se tornou uma realidade que também modificou o mestrado e o doutorado. Já que ele se tornou uma

etapa quase que obrigatória antes da contratação, ele se tornou também parte da formação de nossos bons pesquisadores. Deste modo, os novos professores já iniciam suas carreiras com experiência didática e de liderança. Assim como no doutorado devemos incentivar as bolsas sanduíche, no pós-doutorado devemos utilizar as possibilidades de estágios no exterior. Estes pesquisadores mais maduros representam potenciais pontes de troca entre departamentos de diferentes países. Eles serão os futuros organizadores de grupos de pesquisa do tipo PROBRAL ou COFECUB. O pós-doutorado, de resto, é uma prática que deve ser incentivada entre os já professores, como um estágio de reciclagem e pesquisa. Este, aliás, deve ser um importante critério para a avaliação dos professores dos programas de pós.

“Pós-tudo” o que aqui disse, só posso desejar ter contribuído, mais do que confundido, meus leitores. A questão da pós-graduação em Literatura no Brasil é tanto mais importante de ser discutida, na medida em que ela envolve milhares de pesquisadores e dezenas de programas. Sei que defendo uma linha de raciocínio que não é a predominante entre nós, mas espero que este arrazoado possa servir nem que seja para engrossar o caldo do debate. O importante é que, em meio a tantos clamores hoje em dia por mais apoio, verbas etc., sinto, freqüentando congressos e ouvindo e lendo meus alunos, que algo de admirável foi e está sendo montado entre nós. Decerto, cada um dos que leram este texto participou ou participa nesta construção.